



CONTRATO N.º 71/2014

PREGÃO N.º 157/2014 - PROCESSO N.º 5306/2014

Pelo presente instrumento público, o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 50.853.555/0001-54, com sede na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 2.200, Autarquia Municipal, criada pela Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1.969, doravante designado SEMAE, representado pelo seu Presidente, Eng.º Vlamir Augusto Schiavuzzo, inscrito no CPF/MF sob n.º 016.410.018-01 e portador da cédula de identidade SSP/SP n.º 7.296.149 e a empresa

NUTRICESTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., sediada na Rua Maceió, n.º 190, Bairro Glebas Califórnia, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, CEP 13.403-295, Telefone 3427-1444, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.794.939/0001-60, Inscrição Estadual sob n.º 535.141.120.118 e Inscrição Municipal sob n.º 1521/91, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Maria Lucia Guarnieri, brasileira, separada, auxiliar Administrativo, residente e domiciliada na Rua Cinco, n.º 112, bairro Jardim Araucária, na cidade de Rio Claro/S.P., portadora da cédula de identidade R.G. sob n.º 8.291.380-8 SSP/SP e inscrita no C.N.P.F./MF sob n.º 266.822.388-19,

têm entre si justo e contratado com inteira sujeição à Lei Federal n.º 10.520/02, Instrução Normativa n.º 04/2011, Lei Federal n.º 8.666/93 com alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em razão de licitação realizada na modalidade Pregão sob n.º 157/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.A CONTRATADA obriga-se a fornecer **9.600 (nove mil e seiscentas) cestas básicas de alimentos, limpeza e higiene pessoal**, durante o exercício de 2015, sob a forma de execução indireta, de acordo com o edital, proposta e atas de julgamento que ficam, para todos os efeitos, fazendo parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1.O objeto deverá atender rigorosamente as condições e características exigidas pelo SEMAE descritas no Anexo 01 (um), e ser fornecido conforme estabelecido neste edital e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1.O contrato terá vigência a partir do primeiro dia útil subsequente ao de sua assinatura e encerrar-se-á em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor do presente Contrato constitui a importância estimada de R\$ 1.159.488,00 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), devendo a despesa correr à conta dos recursos orçamentários correspondentes à Dotação 73 – Código Orçamentário 33903000 e Programa de Trabalho 323220.1712200062.427, do exercício de 2015.

4.2.O valor unitário e total de cada produto é o constante na relação abaixo:

ITEM	QTDE	UNIDADE	PRODUTO	PESO/VOL. UNID.*	PREÇO UNITÁRIO*	PREÇO TOTAL	MARCA
1	19.200	Pacote	Arroz	05 kg	R\$ 10,75	R\$ 206.400,00	BATUÍ
2	28.800	Pacote	Feijão	01 kg	R\$ 2,48	R\$ 71.424,00	MORALES
3	28.800	Pacote	Açúcar	01 kg	R\$ 1,55	R\$ 44.640,00	CARAVELAS

**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA**

Autarquia Municipal - Lei n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9611 – Fax: 3426 2660

CNPJ n.º 50.853.555/0001-54

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

CONTRATO N.º 71/2014**PREGÃO N.º 157/2014 - PROCESSO N.º 5306/2014**

ITEM	QTDE	UNIDADE	PRODUTO	PESO/VOL. UNID.*	PREÇO UNITÁRIO*	PREÇO TOTAL	MARCA
4	19.200	Pacote	Pó de Café	500 g	R\$ 6,64	R\$ 127.488,00	MORRO GRANDE
5	9.600	Pacote	Sal	01 kg	R\$ 0,68	R\$ 6.528,00	MARLIN
6	19.200	Pacote	Macarrão	500 g	R\$ 1,34	R\$ 25.728,00	RENATA
7	9.600	Pacote	Farinha de Milho	500 g	R\$ 1,98	R\$ 19.008,00	YOKI
8	9.600	Pacote	Fubá	500 g	R\$ 1,00	R\$ 9.600,00	KISABOR
9	9.600	Pacote	Biscoito Doce	200 g	R\$ 1,02	R\$ 9.792,00	DUCHEN
10	9.600	Pacote	Biscoito Salgado	200 g	R\$ 0,96	R\$ 9.216,00	BAUDUCCO
11	9.600	Lata	Salsicha	180 g (drenado)	R\$ 1,68	R\$ 16.128,00	ANGLO
12	19.200	Lata	Extrato de Tomate	340 g a 350 g	R\$ 2,36	R\$ 45.312,00	HEINZ
13	9.600	Lata	Sardinha	125 g	R\$ 2,04	R\$ 19.584,00	88
14	9.600	Lata	Atum sólido	170 g	R\$ 4,84	R\$ 46.464,00	COQUEIRO
15	9.600	Lata	Seleta de Legumes	280 g a 300 g	R\$ 1,50	R\$ 14.400,00	QUERO
16	9.600	Pacote	Farinha de Trigo	1 kg	R\$ 1,62	R\$ 15.552,00	TIA OFÉLIA
17	38.400	Garrafa	Óleo de Soja	900 ml	R\$ 2,74	R\$ 105.216,00	LEVE
18	9.600	Pote	Achocolatado em pó	400 g	R\$ 5,20	R\$ 49.920,00	TODDY
19	9.600	Lata	Leite em Pó Instantâneo	400 g	R\$ 8,74	R\$ 83.904,00	ITAMBÉ
20	9.600	Lata	Leite Condensado	395 g	R\$ 3,23	R\$ 31.008,00	ITAMBÉ
21	19.200	Pç	Lava Louças	500 ml	R\$ 1,13	R\$ 21.696,00	MINUANO
22	19.200	Pacote	Papel Higiênico	04 rolos	R\$ 3,55	R\$ 68.160,00	DUETTO
23	19.200	Pç	Sabonete	90 g	R\$ 0,98	R\$ 18.816,00	PALMOLIVE
24	9.600	Caixa	Sabão em pó	1 Kg	R\$ 5,34	R\$ 51.264,00	TIXAN
25	9.600	Pacote	Lã de Aço	60 g	R\$ 0,66	R\$ 6.336,00	LUSTRO
26	19.200	tubo	Creme Dental	90 g	R\$ 1,21	R\$ 23.232,00	ORAL-B
27	28.800	Pç	Sacola Plástica	-	R\$ 0,44	R\$ 12.672,00	RIOPLASTIO

*Por embalagem

4.3. As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho n.º 003/2015.**4.4.** Os preços são fixos e irrevogáveis nos termos da legislação que implantou o Plano Real.**4.5.** No valor ajustado estão incluídos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relativas à execução deste contrato.**CLÁUSULA QUINTA – DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO****5.1.** O faturamento deverá ser efetuado mensalmente de acordo com as cestas básicas efetivamente entregues, e através de **documento fiscal eletrônico** da empresa que participou da licitação, ou seja, deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para habilitação e deverá conter:**5.1.1.** A modalidade e o número da licitação;**5.1.2.** O número do contrato;



CONTRATO N.º 71/2014

PREGÃO N.º 157/2014 - PROCESSO N.º 5306/2014

5.1.3.O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

5.2.As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

5.3.O pagamento será efetuado em parcela única, no 7º (sétimo) dia útil do aceite do documento fiscal pelo gestor do contrato, por crédito em conta corrente, em nome da CONTRATADA.

5.4.Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas.

5.5.O respectivo pagamento somente será efetuado após o efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e após o fiel cumprimento ao artigo 55, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.6.Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, será imputada multa de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) ao dia, sobre o valor a ser pago.

5.7.Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaindo sobre a mesma às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e neste contrato.

5.8.É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

5.9.Todos os documentos exigidos durante a execução do contrato poderão ser apresentados em cópias simples, podendo o SEMAE, a qualquer tempo requerer o original para cotejo, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções legais se verificada a ocorrência de fraude ou falsidade nos documentos apresentados.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

6.1.Os preços praticados durante a vigência do contrato são fixos e irremovíveis, nos termos da legislação que implantou o Plano Real.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.Na hipótese de alterações econômicas fundamentais preponderantes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

7.2.A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeiro do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE, situado na R. XV de Novembro, n.º 2.200, em Piracicaba/SP, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 08 às 16 horas.

7.3.A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

7.4.Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

7.5.A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.6.O SEMAE terá o prazo de sessenta (60) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de



CONTRATO N.º 71/2014

PREGÃO N.º 157/2014 - PROCESSO N.º 5306/2014

outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, a **CONTRATADA**, **continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.**

7.7. Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSOCIAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem a execução deste contrato.

8.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para a realização do serviço, objeto deste contrato, exceto para aqueles eventualmente previstos no Termo de Referência.

8.3. Eventual subcontratação somente poderá ocorrer com autorização expressa do SEMAE e não será estabelecido qualquer vínculo entre o SEMAE e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

8.4. A CONTRATADA deverá informar, expressa e previamente, ao SEMAE a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste contrato, bem como qualquer substituição de subcontratada, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de qualquer subcontratada sem que esta tenha sido aprovada pelo SEMAE.

8.5. A CONTRATADA deverá diligenciar para a escolha de subcontratada que viabilize o cumprimento das exigências estipuladas neste contrato, devendo substituir aquela que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique o cumprimento do objeto contratual.

8.6. A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

8.7. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do SEMAE para a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar ao SEMAE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o SEMAE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

9.2. A CONTRATADA deverá:

9.2.1. responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente.

9.2.2. executar o contrato de acordo com as especificações contidas no edital e em seus anexos;

9.2.3. cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

9.2.4. manter em dia, durante a vigência do contrato, os documentos exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2.5. responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de carga, transporte, descarga e demais custos diretos e indiretos relacionados com o cumprimento da obrigação.

9.2.6. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO SEMAE

10.1. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, o SEMAE obrigará-se, através da fiscalização:



CONTRATO N.º 71/2014

PREGÃO N.º 157/2014 - PROCESSO N.º 5306/2014

10.1.1. fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

10.1.2. efetuar os pagamentos devidos em dia, de acordo com o estipulado neste contrato;

10.1.3. exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93.

10.1.4. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E DAS COMUNICAÇÕES

11.1. Fica credenciado pelo SEMAE para gestão e fiscalização do contrato, o servidor Luis Armando Veríssimo, n.º funcional 1629-7, do Setor de Almoxarifado, para prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias e que poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis..

11.2. A fiscalização para cumprimento do presente instrumento, por parte do SEMAE, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização de seu Presidente e posterior comunicação à CONTRATADA.

11.3. Caberá ao gestor indicado pela Administração o acompanhamento efetivo do cumprimento dos termos do presente contrato, em observância ao disposto no inc. III, art. 58 e art. 67, da Lei n.º 8666/93.

11.4. Fica credenciado o Sr. **Reginaldo Piccin**, portador do R.G. sob n.º 16.885.512 SSP/SP e inscrito no CNPF/MF sob n.º 078.782.868-84, como representante da CONTRATADA durante a execução do presente contrato a fim de garantir o cumprimento das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, o qual responderá ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

11.5. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão registradas e entregues por correspondência via fax ou remetida aos endereços constantes no preâmbulo deste.

11.6. Qualquer correspondência deverá constar, no mínimo, a identificação do remetente, do número deste contrato e o assunto a ser tratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. O objeto da licitação será recebido:

12.1.1. Provisoriamente, após constatação pelo fiscal do contrato, de que foram cumpridas as obrigações decorrentes da contratação com relação ao fornecimento, caracterizado pelo aceite da respectiva nota fiscal pelo fiscal do contrato; e

12.1.2. Definitivamente, mediante aceite da nota fiscal correspondente ao último fornecimento.

12.2. O objeto do contrato somente será recebido se estiver perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

12.3. Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, o SEMAE, através do fiscal designado, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá rejeitá-lo no todo ou em parte determinando sua correção, devendo, a contratada, fazê-la em conformidade com a indicação da fiscalização, dentro do prazo determinado na notificação por escrito, sem que isso signifique novação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A CONTRATADA oferece, a título de garantia e conforme art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, a importância de R\$ 57.974,40 (cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da obrigação, sob a forma de Apólice n.º 2001/0775/0008626/000000, emitida pela Nobre Seguradora do Brasil S/A, com início da vigência em 01/01/2015 e validade até 31/12/2015.



CONTRATO N.º 71/2014

PREGÃO N.º 157/2014 - PROCESSO N.º 5306/2014

13.2.A garantia prestada será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato ou pela sua rescisão, se esta ocorrer por culpa do SEMAE, depois de verificada a inexistência de quaisquer débitos com a Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo IPCA-E.

13.3.O valor da garantia deverá permanecer integral até o término da vigência do contrato.

13.4.Sempre que o valor contratual for aumentado, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, de forma que esta corresponda sempre ao mesmo percentual estabelecido no Edital.

13.5.Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, a CONTRATADA deverá providenciar sua complementação em três (03) dias úteis contados da notificação do SEMAE.

13.6.A não apresentação da cobertura da garantia, a não prorrogação da sua validade ou a ocorrência de qualquer outro motivo que importe em descobertura contratual, importará na aplicação das penalidades previstas para inexecução total do contrato.

13.7.O SEMAE reserva-se no direito de descontar da garantia, toda importância que a qualquer título lhe for devida pela CONTRATADA.

13.8.O valor da garantia se reverterá em favor do SEMAE, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1.O proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar ou de assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o SEMAE, pelo prazo de até cinco (05) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

14.2.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá aplicar, ao infrator, as demais sanções previstas no art. 87, da Lei de Licitações, além das multas previstas neste instrumento.

14.3.Será aplicada multa de:

14.3.1.20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, quando o proponente convocado deixar de assinar o contrato;

14.3.2.1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso injustificado em assinar o contrato, até o limite de 10% (dez por cento);

14.3.3.20% (vinte por cento), sobre o valor do ajuste, pela inexecução total do contrato;

14.3.4.10% (dez por cento), sobre a parte não cumprida, pela inexecução parcial do contrato;

14.3.5.0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso e por ocorrência, sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, até o limite de 10% (dez por cento);

14.3.5.1.na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento da obrigação, punível com as sanções previstas para inexecução do contrato.

14.3.6.1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da primeira rejeição do objeto da licitação;

14.3.7.2% (dois por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da segunda rejeição do objeto da licitação;

14.3.8.10% (dez por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da terceira rejeição do objeto da licitação, além das demais penalidades previstas neste instrumento e rescisão contratual.

14.3.9.1% (um por cento) sobre a fatura do mês correspondente, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suspensão do pagamento até a devida regularização;



CONTRATO N.º 71/2014

PREGÃO N.º 157/2014 - PROCESSO N.º 5306/2014

14.3.9.1.a não regularização no prazo de 90 (noventa) dias a contar da primeira suspensão do pagamento, acarretará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e poderá ensejar a rescisão do contrato;

14.3.10.10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, na ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não prevista neste item.

14.4.As sanções são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras.

14.5.O pagamento das multas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Instrumento.

14.6.O valor da multa será descontado, pela Administração, dos eventuais créditos devidos e na falta destes, cobrado administrativa ou judicialmente.

14.7.O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 30 (trinta) dias a contar da data da expiração do prazo de recurso ou o seu indeferimento.

14.8.Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.

14.9.Ocorrendo atraso nos valores devidos pela CONTRATADA será imputada correção monetária de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) ao dia sobre o valor a ser pago e juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

14.10.No caso de aplicação das penalidades caberá apresentação de defesa prévia no prazo de cinco (05) dias úteis a contar da intimação do ato, com exceção da penalidade estabelecida no Art. 87, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo prazo de defesa será de dez (10) dias contados da abertura de vista.

14.11.Aberto o procedimento de penalidade, o contratado será notificado através de via postal, notificação pessoal ou mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba para apresentar defesa prévia no prazo legal.

14.12.A apreciação da defesa prévia será efetuada pelo gestor do contrato.

14.13.Da decisão proferida que aplicar penalidade ao contratado caberá recurso a ser interposto no prazo de (05) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.14.O recurso será apreciado pelo gestor do contrato, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, ao Presidente do SEMAE, que proferirá decisão final.

14.15.A decisão final será publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e registrada no Cadastro de Fornecedores do SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1.A rescisão contratual poderá ser:

15.1.1.Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.1.2.Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

15.2.A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, com a culminação das penalidades previstas no presente contrato.

15.3.Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

15.4.A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as conseqüências previstas no art. 80, inc. I a VI, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1.Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Piracicaba/SP., com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA

Autarquia Municipal - Lei n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9611 – Fax: 3426 2660

CNPJ n.º 50.853.555/0001-54

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

CONTRATO N.º 71/2014

PREGÃO N.º 157/2014 - PROCESSO N.º 5306/2014

16.2.A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

16.3.As partes estão vinculadas expressamente aos termos do edital, bem como à proposta vencedora, conforme estabelece Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

16.4.E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e único efeito.

Piracicaba, 30 de dezembro de 2014.

Vlamir Augusto Schiavuzzo
PRESIDENTE DO SEMAE

Maria Lucia Guarnieri
CONTRATADA